

NATIVISMO REIVINDICATIVO EM 1627: UMA PERQUIRÇÃO NO DISCURSO COLONIAL

David Salles

1. Quando se queira fazer uma leitura crítica da **História do Brasil** de Frei Vicente do Salvador sob visada literária, isto é, considerando-a de interesse para o sistema literário brasileiro, é preciso fixar primeiro os marcos que situam esse estudo. Sobretudo por dois motivos: 1. para que fique saliente que há uma tradição literária brasileira ainda em germinação (pois essa condição "arqueológica" é que autoriza a inserção de uma obra não-literária como objeto do sistema literário); 2. para que se guarde a consciência de que nessa leitura importa muito mais o espaço contedístico que o espaço formal da composição ou da linguagem literárias, que articula aquele espaço dos significados. Bem se sabe que a **História do Brasil** de Frei Vicente é parte dum conjunto de obras chamadas de "Literatura de Informação", conjunto que relata o processo de instauração do projeto colonial português no espaço geográfico em que o Brasil surgiria como nação, quer dizer, como sujeito da História. Sob visada literária, portanto, os marcos a estabelecer traduzirão, implici-

tamente, minha ignorância da obra de 1627 como verdade da História, já que tais marcos intentarão constituir pólos de tensão compreensiva para uma leitura "literária" do discurso de Frei Vicente do Salvador.

São dois os marcos fronteiriços, que duas interpretações da historiografia literária estabelecem como sendo aqueles que circunscrevem a consideração literária do discurso de 1627. De um lado, ciente da natureza não-literária das obras "de informação, Alfredo Bosi adverte para reconsiderar: "Enquanto informação, não pertencem à categoria do literário, mas à pura crônica histórica e, por isto, há quem as omita por escrúpulo estético (José Veríssimo, na *História da Literatura Brasileira*). No entanto, a pré-história das nossas letras interessa como reflexo da visão do mundo e da linguagem que nos legaram os primeiros observadores do país" (1). Do outro lado, cravando a importância sobre a validade da investigação histórica acerca da evolução do nativismo, assevera José Aderaldo Castello: "O critério que busca a constante do sentimento nativista na história da formação literária do Brasil é sem dúvida da máxima importância" (2).

Os grifos nas citações enunciam os marcos procurados. Repetindo-as de modo explícito como operadores desta leitura crítica: a primeira, considerando a História de 1627 de interesse ao estudo visão do mundo e da linguagem na pré-história do discurso literário no Brasil; a segunda, considerando-a de interesse ao rastreamento, a nível do significado, da constante do sentimento nativista na história da formação literária do Brasil.

Pode-se, agora, com esses marcos, fazer uma perquirição no discurso colonial de Frei Vicente do Salvador, com o propósito de detectar um nativismo reivindicativo (3), como categoria distinta (embora não estanque) de um nativismo pitoresco, encomiástico, descritivo (4), ambos introduzidos no discurso ainda inteiramente vinculado à tradição européia. Cumpre apenas anotar que não foi Frei Vicente do Salvador o primeiro a exaltar a "terra de Santa Cruz" (5). Foi porém o primeiro em que se encontra indiscutível o filtro crítico da sensibilidade nativista, defendendo valores da terra "a que vulgarmente chamamos Brasil" Coincidentemente era ele o primeiro brasileiro (6) a deixar manifestada em documento sua atenção amorosa por uma pátria com apenas 127 anos de parca marcha para a História (7).

É cabível conceituar nativismo para que se possa articular esse conceito com as categorias de nativismo — pitoresco e reivindicativo — na "Literatura de Informação". José Aderaldo Castello, a partir de uma definição de Oliveira Lima, qualifica como escritor brasileiro da era colonial (independentemente do local de nascimento, Metrópole ou Colônia, mas trazendo uma formação de reinol, vale dizer, de colonizador) aquele que se manifesta "através de uma obra que simultaneamente

reflete o espírito da Metrópole e aquela 'intenção particularista' pela pátria de adoção ou de nascimento, projetada numa visão profética do seu futuro" (8). Aceita a definição, no momento em que a ela se sobrepõe uma dúvida metodológica, qual seja a de que o "processo diferenciador" (9) haveria de progressivamente, por consequência mesmo da dinâmica que é inerente a todo processo, reagir contra a práxis do estatuto colonial em favor de **reivindicações** opositivas à ideologia colonialista (o espírito da Metrópole) que enforma a retirada das riquezas da terra colonizada (10), ter-se-á de adequacionar o conceito de **nativismo** a um ângulo novo, que é, com muita justeza, aquele ângulo **reivindicativo** que pela primeira vez transparece no discurso colonial de 1627. Com conseqüências que serão reportadas adiante.

Estabelecendo-se, deste modo, e na própria dialética da História, uma diferenciação entre o mero elogio das riquezas da terra (11) e a manifestação crítica de **amor à pátria** (evidenciada a partir de 1627), então a citada proposição de J.A. Castello aporta, pela distinção, a ambigüidade da condição colonial do **brasileiro** com a armadura da ideologia colonialista. Internamente o discurso **reivindicativo** é portador de um sentimento "particularista" de amor pátrio que o faz intuir uma noção de pátria (que, a rigor, só será objetivada a partir da segunda metade do século XVIII); mas externamente verbaliza não só a condição colonial, como também a defesa do projeto colonial, pela aderência, até mesmo inevitável (12), que essa condição colonial impunha (em termos culturais) ao escritor. A formação que este recebeu correspondia a um diverso tempo cultural; e no entanto, naquele tempo cultural em que concretamente vivia no espaço colonial, não tinha com que opor, objetivamente, aos influxos culturais que a Metrópole dispunha para amoldar, quando não constranger, o homem dos espaços americanos, dentro mesmo do complexo de cultura do mundo europeu nos séculos XVI e XVII (13).

Definido o que ficou dito acima, por exigência preliminar, pode-se agora restrear, sistemática e distintamente em relação ao nativismo pitoresco, o modo como foi verbalizado o nativismo reivindicativo na **História do Brasil** de Frei Vicente do Salvador, sem deixar de estar atento, como caberia num discurso literário, ao exato **ponto-de-vista** verbalizador do discurso e à justa **visão do mundo** que está latente num discurso dum religioso e dum homem colonial.

2. O **nativismo reivindicativo** em Frei Vicente do Salvador deve ser entendido, de acordo com o que ficou dito, não como parte da constante de exaltação das riquezas da terra e de suas qualidades. Este nativismo, viu-se, compara coisas iguais que aparecem no Brasil como sendo melhores que em Portugal, ou revela o deslumbramento por

aspectos exclusivos do Brasil (a Natureza, aí incluindo o próprio índio), seja para traduzir, conforme sintetiza José Aderaldo Castello, a “inevitável expressão de deslumbramento diante da paisagem exótica e selvagem, ao mesmo tempo manancial de riquezas inesgotáveis” (14); seja também, conforme ressalta Alfredo Bosi, “para louvar a terra enquanto ocasião de glória para a metrópole”, em que, portanto, não se deve “enxergar nos seus gabos ao clima e ao solo nada além de uma curiosidade solerte a serviço do bem português” (15). Agora, em Frei Vicente, esse amor à “terra do Brasil” se transfigura num reconhecimento, subjetivo e introjetadamente polêmico, de valores que são ampliados numa crítica à situação vigente no espaço colonial — que é a terra amada.

Sem dúvida, é o Capítulo Segundo — “Do nome do Brasil” — aquele em que se manifesta de modo mais notório (e mais notado) a crítica reivindicativa de Frei Vicente. Mas não apenas nele. Ou antes: nele, não apenas na alusão imediatamente captável, no referente semântico, aos maus tratos em que vive a terra; como também captável imanentemente, pela articulação retórica do discurso (como tal) literário, já se verá.

Deve-se grifar porém que a crítica reivindicativa não está somente naquele Capítulo Segundo do Livro Primeiro. É verdade que nesse livro a crítica adquire proeminência, inclusive devido ao fato, historicamente comprovado, de que ele foi escrito com mais vagar e em condições favoráveis ao trabalho intelectual, dispondo o Autor da Biblioteca de Manuel Severim de Faria — vale dizer, em condições favoráveis a que a consciência crítica tendesse a não buscar suporte emocional. Como anota Capistrano de Abreu em sua criteriosa “Nota Preliminar”, é depois da primeira parte que se observam “períodos descuidosos, a maneira de contas de rosário debulhadas maquinalmente” (16). Por tudo isto, creio, enquanto se considera o discurso histórico de Frei Vicente do Salvador como “literário”, o que há nele de **reivindicativo** projeta-se com mais destaque naquela matéria onde menos saliente é a crônica dos feitos coloniais, embora aqui essa outra matéria vá também interessar. Mas na primeira, larga panorâmica cuidadosamente redigida, especialmente **aformoseada** pelo humor renascentista que dela transparece, à maneira própria de um homem da época, forma e conteúdo chegam a se imbricar, como se verá, **internalizando** na retórica do discurso o propósito reivindicativo de um **brasileiro** com “visão profética” do valor da terra, valor da terra que aflora verbalizado pela defesa que Frei Vicente faz da terra, ainda não contra Portugal; mas asperamente em relação à Guiné, onde “uma caravelinha... lá vai e vem” (17).

3. O texto do Capítulo Segundo (FVS, 58-9) é disposto em seis parágrafos, harmoniosamente dispostos como um feixe de argumentos convergentes e interrelacionados, de modo a formarem uma uni-

dade em que o último parágrafo é a síntese conclusiva. Há nesses parágrafos uma retórica já contaminada pelo barroco conceitualista. Desde o primeiro há jogos polissêmicos de vocábulos visando a demonstrar, por um raciocínio de oposição e analogia, que o “estado do Brasil” não é estável. O raciocínio é dum religioso, embora, bem se sabe, parte dela já havia sido desenvolvido antes por Pero de Magalhães Gândavo.

Desejando o “estado do Brasil” edificado, tão firme e bem fundado como o “divino pau” — a Santa Cruz que dera o “nome à terra que foi descoberta... e por este nome foi conhecido muitos anos” —, Frei Vicente fustiga pela primeira vez a realidade puramente mercantilista que se apropriara do projeto colonial. O raciocínio é análogo:

Porém, como o demônio com o sinal da cruz perdeu todo o domínio que tinha sobre os homens, trabalhou que se esquecesse o primeiro nome e ficasse o de Brasil, **por causa de um pau assim** chamado... com que tingem panos, do qual há muito nesta terra, com o que **importava mais** o nome do pau com que tingem panos que o daquele (...) que deu tinta e virtude a todos os sacramentos da Igreja. (FVS, 58).

A primeira afirmação termina com a colocação dubitativa (em sendo parcial) de que “porventura por isto”, por causa da troca de nomes ou de “paus”, ficou o estado do Brasil “tão pouco estável que, com não haver cem anos... que se começou a povoar, já se hão despovoado alguns lugares e, sendo a terra tão grande e fértil como ao diante veremos, nem por isto vai em aumento, antes em diminuição” (FVS, 58). (Anotese ter surgido a via do raciocínio da importância **material** do pau brasil em relação àquele com a “tinta e virtude” que se esperava espalhar evangelizadoramente, conforme o religioso e conforme os propósitos medievais de catequese residualmente conciliados com o projeto colonizador).

O paradoxo carregado pelo raciocínio da primeira parte — ir a terra em diminuição, sendo tão grande e fértil — estabelece a cesura acusatória contra a realidade colonial. A defesa da terra, isto é, a perspectiva de oposição entre o bem da terra e o resultado negativo do projeto colonial, traz em si (de modo parcial) a reivindicação de um povoamento que faria **aumentar** a estabilidade da terra.

É porém no segundo parágrafo que a crítica reivindicativa explicita a direção dos argumentos de Frei Vicente, cujo destinatário maior é o Governo metropolitano mentor do projeto colonial, é óbvio. Mas ele explicita como sendo “os reis de Portugal” (18) e os “povoadores”:

... aos reis | de Portugal | pelo pouco caso que hão feito deste tão grande estado, que nem o título dele quiseram (...); nem depois da morte de el-rei D. João Terceiro, que o mandou povoar e soube estimá-lo, houve outro que dele curasse, senão para colher as suas rendas e direitos.

Aparece aí nítida a ambigüidade do **nativismo**. O valor da **estima** está ressaltado porque reflexo daquilo que o discurso reivindica; mas a crítica também se faz pelo fato de El-Rei, incontestemente senhor colonial, não se ter intitulado senhor deste... "grande estado". O que o narrador repudia é a importância da Guiné, daí a ironia aposta naquela alusão a "uma caravelinha que lá vai e vem" (avaliar-se não só o diminutivo, como ainda tratar-se apenas de **uma** caravelinha). A desimportância da Guiné traz por inferência a desimportância da terra alheia — o que, aliás, o texto insinua ou conduz a que se faça a extensão, iremos ver, pela utilização de inúmeros argumentos favoráveis à grandeza da terra frente a Portugal; ou por meio de toda uma crítica às intenções dos povoadores que, com o mimetismo dos papagaios, tudo pretendem levar para Portugal. Claramente o narrador ajunta que isto ocorre não só com os que "de lá vieram, como também os que cá nasceram, uns e outros a usarem a terra **não como senhores**, mas como usufrutuários, só para a **desfrutarem e a deixarem destruída**" (FVS, 58).

A incidência tonal desse argumento que criticamente enrijece a corda da exclusividade do valor da terra **brasileira** face a Portugal, requer firme interpretação. Em primeiro lugar para a advertência de que pelo pleito da condição de **senhores** não devemos hipertrofiar a semântica para garimpar algum laivo prospectivo da intenção separatista. Devemos, sim, de acordo com o desdobramento do discurso que argumenta — e não só neste segmento em análise —, achar na bateia uma ênfase de valorização crítica, não encomiástica, do lugar que estaria a merecer o Brasil no mundo português ou (na quadra histórica) no mundo hispânico. Poder-se-á visualizar, entretanto, desde a crítica aos "reis de Portugal", uma extensão da crítica aos reis de Espanha travestida pela omissão à circunstância histórica de que datadamente o Brasil era parte da Espanha. Isto, contudo, se pertinente, ratificará mais ainda as consequências sofridas pelo discurso histórico de Frei Vicente, decapitado pela Censura — o que, como foi dito, será assunto para a parte final. Certo é que, no segundo segmento reivindicativo em questão, quando o foco acusatório recai sobre os "povoadores" — como pontas-de-lança do estatuto colonial —, a crítica por tabela ao Governo metropolitano se objetiva na medida em que estão os povoadores a "desfrutarem e a deixarem destruída" (a terra **brasileira**) em prejuízo do próprio projeto colonial... segundo a visão do mundo de Frei Vicente. Ou seja, como logo fará evidente o discurso, não são **senhores** porque não são **repúblicas** (19). O paradoxo que há aí, é só aparente. Se a ideologia colonial

enforma a retirada das riquezas da terra — e neste sentido por **usufrutuário** deve ser entendido a própria Metrópole —, a defesa da terra por Frei Vicente subjaz na consideração de que o Reino se estende por igual, como **república**, até o “estado do Brasil”, inclusive por já ter o aval, que o cronista sempre repete, da ação de D.João III, e por já antes ter ressaltado ser o Brasil “um tão grande estado”, “a terra tão grande e fértil”.

A tensão opositiva do discurso se estabelece, como se vê, não contra os propósitos coloniais, mas por uma articulação antinômica entre **república** (isto é, que “zela ou trata do bem comum”) e **usufrutuário** (isto é, que zela ou trata “cada um do bem particular”) (20). Se estendermos a consideração, com interesse exclusiva e intencionalmente prospectivo, sobre aquela “visão profética” de que fala José Aderaldo Castello, concluiremos que a parcela reivindicativa do discurso de Frei Vicente do Salvador adquire consistência sobre o devir **brasileiro**, não importa saber se ele buscou ou não esse alcance. Considere-se. Reivindicando para a terra colonizada a **invenção** (21) do senso comunitário de **bem comum**, de **república**, estava o cronista na verdade projetando a formação de uma **sociedade**, da qual os colonos, como **senhores**, seriam a gênese de um projeto de **nação**. Aí, sim, levado o raciocínio às últimas conseqüências especulativas, alcança-se concluir que Frei Vicente projetava virtualmente um antagonismo ao ser colonial, muito embora dele seu discurso fosse um ente de defesa (e foi dito que não podia deixar de sê-lo).

Seguramente aquela antinomia **república** versus **usufrutuário** operaciona toda a crítica reivindicativa que está contida, repita-se, no harmonioso raciocínio desenvolvido no Capítulo Segundo. Ela se introduz, está lá explícito, por uma constatação que, para conferir-lhe ênfase objetiva, Frei Vicente alerta não ter sido sua: “não notei eu isto tanto quanto o vi notar a um bispo de Tucumán... grande canonista, homem de conhecimento e prudência” (FVS, 59). Ademais, afirmando ser esse prelado de muito conhecimento e prudência — “e assi ia muito rico” —, reduplica metaforicamente a antinomia, estabelecendo uma relação de identidade entre **riqueza** e **conhecimento/virtude** versus **riqueza** e **bens materiais particulares**. A reduplicação, vê-se, está no jogo antitético-semântico que a mesma palavra — **rico** — permite em cada contexto, como ocorrera com **pau**, **estado**, **tinta**...

E assi é que, estando as casas dos ricos (ainda que seja à custa alheia, pois muitos devem quanto têm) providas de todo o necessário (...) nas vilas não se acha nada de venda. Pois o que é de fontes, caminhos, pontes e outras coisas públicas é uma piedade, porque (...) tudo isto vem de não tratarem do que há de ficar, senão do que hão de levar para o reino. (FVS, 59).

• O texto desse modo completa a crítica reivindicativa, agudizando sobre a primeira premissa: “O estado não é estável”, a segunda: “tudo isto vem de não tratarem do que há de ficar, senão do que hão de levar para o reino”, para concluir no último parágrafo, pela reivindicação, **a contrario sensu**, de maior atenção para a **permanência** e o **crescimento** do Brasil, enfatizando-se devidamente ser o objetivo maior do projeto colonial “o que há de ficar” e não o utilitarismo mercantilista de tudo “levar para o reino”. Observe-se também aí a relação entre **ficar**, **permanência**, **estabilidade**, **firme** e **bem fundado**, que formam um intercurso, em todo o texto, com o **estado** que o narrador reivindica para a terra, onde “as coisas andam trocadas”. Todos esses signos, que transitavam polissemicamente nos parágrafos anteriores, adquirem uma reiteração semiológica unívoca no parágrafo conclusivo:

Estas são as razões por que alguns com muita dizem que não permanece o Brasil nem vai em crescimento; e a estas se pode ajuntar a que atrás tocamos de lhe haverem chamado estado do Brasil, tirando-lhe o de Santa Cruz, com o que pudera ter estabilidade e firmeza. (FVS, 59).

4. Cabe agora verificar em que medida essa crítica reivindicativa do Capítulo “Do nome do Brasil” acaso contamina as demais partes do discurso colonial de Frei Vicente do Salvador. Bem se sabe que 3/4 partes da *História* de 1627 estão interessadas (e comprometidas) na narrativa do sucesso das armas portuguesas contra franceses, holandeses, “bárbaros gentios” e demais “inimigos do Reino”. Mas em que medida, retirando-se a parte encomiástica e o afã no sucesso do projeto colonial, no “povoamento”, no “proveito”, em que medida é possível filtrar uma postura diversa, que incontestemente foi verbalizada naquele capítulo dissonante?

Iremos por partes. Do menos conseqüente ao transbordo afetivo-crítico.

Quero ter lembradas todas as alusões que se fizeram à terra e a seus naturais, seja em decorrência da visão religiosa medievalista, seja em decorrência do mascaramento etnocentrista. O certo é que todas elas, de Caminha ao Séc. XVIII (e depois), estão encharcadas de oposições maniqueístas do tipo “terra bárbara”, “gente bárbara”, “língua bárbara”, etc., etc. (22). Em Frei Vicente do Salvador, é pertinente sublinhar, não só é menor seu interesse medievalista, como ainda chega a anotar ser “compendiosa” a língua indígena. Ademais, são poucas as sintaxes etnocêntricas em seu discurso. O que há, sim — bem notório —, é o recobrimento na perspectiva do colonizador. Entenda-se: quando os “gentios” (termo de maior preferência) são gentios inimigos daqueles em favor dos quais o religioso situa seu ponto-de-vista narrativo e a perspec-

tiva ideológica, então esses gentios se tornam “bárbaros gentios”! Essa formulação não se registra antes da página 84, onde aparece um informativíssimo conceito de **bárbaro** à luz da visão do mundo medieval:

D. Diogo de Avalos (...), em sua **Miscelânea Austral**, diz que nas serras de Altamira em Espanha havia **gente bárbara**, que **tinha ordinária guerra com os espanhóis** e que **comiam carne humana**. (FVS, 84, grifo nosso).

Naturalmente não carece verificar o grau de veracidade das “informações” que junta: que os espanhóis promoveram o extermínio dessa gente e os seus sobreviventes vieram se degredar no Brasil (na América), onde seriam (digamos nós, pósteros) novamente exterminados quando os mesmos espanhóis empreendessem a aventura colonial... Pode-se dizer que o próprio Frei Vicente esclarece que “Esta opinião não é certa... porque não tem fundamento”. De todo modo, o que importa não é a verdade antropológica ou histórica, e sim a formulação que justifica o mascaramento. Daí que Frei Vicente se valha das expressões **gentios** e **índios** para designá-los, dezenas de vezes, quando amigos os indígenas. Mas, se na enunciação do projeto evangelizador, de catequese, **bárbaro** corresponde a “fora da civilização” (cf. especialmente FVS, 57), por outro lado o cronista estabelece gradações na condição **bárbara** a partir do recobrimento religioso e/ou colonialista: “...só se distinguem serem uns mais bárbaros que outros (postos que todos o são assaz) (FVS, 84). Os “menos bárbaros” naturalmente são aqueles que ou são “doutrinados” por meio de “uma gramática que compôs o padre Joseph de Anchieta” (FVS, 84-5), ou são aqueles em paz ou aliados na guerra aos portugueses, razão porque chega a chamá-los de “valeroso índio” (FVS, 194). Os “mais bárbaros” irrecorrivelmente são aqueles “bárbaros gentios” que guerreiam contra os colonizadores (portugueses):

O governador (...) trabalhou muito para fortificar e defender esta nova cidade da Bahia contra os bárbaros gentios, que se levantaram e cometeram grandes insultos. (FVS, 165).

Constata-se portanto que Frei Vicente não recobre o conceito de **bárbaro** senão na perspectiva de defesa do projeto colonial e ou evangelizador, valendo-se de outras designações para designar os “naturais da terra”. Que concluir disto? Parece-me que se pode inferir da preferência por designações despidas de mascaramento nas alusões aos índios amigos um ressaltado valorizador da terra, na medida em que o cronista procura conferir identidade ao indígena, conforme a lição de

Bartolomeu de las Casas. Está certo que se trata de um ressalto relativizado, mas isto é outra história. Não sendo argumento exclusivo, deve-se entendê-lo como um dos componentes da **diferenciação** reivindicativa do discurso como um todo. E por não ser exclusivo, vale adentrar por outro, para verificar como a **História** de Frei Vicente, está permeada de valores reivindicativos.

Já foi dito que não se deve resenhar as freqüentes emulações em favor do “povoamento” e de melhor aproveitamento das riquezas como sendo **nativismo reivindicativo**. Mesmo da luta contra indígenas, franceses e holandeses — nos quais o estudo da violência bélica **civilizada** do projeto colonial revelará a que ponto o religioso cronista não se constrange em narrar mortes e mais mortes, contanto que sejam **ad majorem Dei gloriam** e que os senhores da colônia saiam vitoriosos (23) —, mesmo delas o relato traz sempre frestas de compreensão dos motivos segundo os quais Frei Vicente acredita que os fins (coloniais) justificam os meios. Por exemplo, referindo-se aos feitos dos tamoios, aliados dos franceses, a linguagem seletiva de substantivos, verbos e adjetivos é em si o comentário empenhado:

... saíam a correr toda a costa até São Vicente, saltando os índios cristãos novos, prendendo, matando e comendo a quantos podiam alcançar.

Durou esta moléstia dois anos, sem que força alguma pudesse reprimir o atrevimento dos bárbaros insolentes que cada dia crescia com o favor dos franceses. (FVS, 180).

Duas páginas adiante, narrando sempre com um olho na missão de catequese e outro no sucesso colonial **em favor da terra** (24), salienta satisfeito com a sorte da guerra, ainda que tenha narrado uma sangueira a todo transe:

Porém a Divina Providência se acostou à parte mais justificada. (sic) (FVS, 182).

O destino da terra do Brasil, deve-se concluir, interessa-lhe mormente por meio do destino da guerra, não importa o comentário que se possa fazer a aspectos ideológicos, éticos e... teológicos! Daí que o comentário encomiástico feito pelo cronista a esta ou aquela terra povoada ou em vias de povoar traga sempre consigo um empenho sobre o valor utilitário com vistas à **permanência** e o **aumento** da terra (cf. entre

outros os textos descritivos da terra nas pags. 175 e 207).

Apesar de tudo, e somando-se ao citado Capítulo Segundo, um outro segmento do discurso evidencia de modo concreto o valor que Frei Vicente do Salvador confere criticamente à terra do Brasil: é a parte final do Capítulo Segundo do Livro Terceiro — que trata da vinda de Tomé de Souza para “povoar outra vez a Bahia”. Vale a atenção. O discurso do cronista, sabe-se, é datado de 1627; aqui porém ele está se referindo a fatos de 78 anos, ou seja, refere-se à terra quando ia em aumento, já que agora ele a considera em diminuição. Em suma: o entusiasmo verbalizado pelo cronista denota, por si próprio, a crítica à situação vigente, ainda que Frei Vicente se valha de uma invocação a El-Rei (D. João III) e ao “gosto que tinha de aumentar este estado e fazer dele um grande império, como ele dizia”. É então que sua “visão profética” assume caráter mais objetivamente atento ao valor do Brasil, até mesmo para como estrategista avaliar a importância do Brasil num império colonial:

Nem se deixou então de praticar que, se alguma hora acontecesse (e Deus não o permita) ser Portugal entrado e possuído de inimigos estrangeiros, como há acontecido em outros reinos, **de sorte que fosse forçado passar-se el-rei com seus portugueses a outra terra, a nenhuma podia melhor fazer que esta.** Passar-se para as ilhas (...) além de serem mui pequenas, estão tão perto de Portugal que iriam os inimigos no alcance, e antes de se poderem reparar dariam sobre eles.

A Índia, ainda que é grande, é tão longe e a navegação tão perigosa que era perder a esperança de poder tornar a recuperar o reino.

Porém o Brasil, com ser grande fica em tal distância e tão fácil a navegação, que com muita facilidade podem vir cá e tornar quando quiserem ou ficar-se de morada, **pois a gente que cabe em menos de cem léguas de terra que tem todo Portugal bem caberá em mais de mil que tem o Brasil, e seria este um grande reino,** porque onde há abelhas há o mel, e mais quando não só das flores, mas das ervas e canas se colhe mel e açúcar, que de outros reinos estranhos viram cá buscar com a mesma facilidade e a troca das suas mercadorias, que cá não há. E da mesma maneira as drogas da Índia, que daqui fica mais vizinha e a viagem mais breve e fácil, porque a Portugal não vão buscar outras coisas senão estas, que pão, pano e outras coisas semelhantes não faltam em suas terras. **Mas toda esta reputação e estima se acabou com el-rei D. João, que o estimava e reputava.** (FVS, 162).

A paráfrase crítica deste segmento narrativo está dispensada. Sua longa transcrição e os grifos nela apostos são evidências bastantes do alcance significativo que se deve emprestar-lhe como matéria da História (D. João, não o terceiro, o outro, admirador dos frangos da terra, acaso não seguiu à risca o conselho que o cronista de dois séculos antes dava aos reis de Portugal?). Cabe, porém, a quem rastreia a vereda do **mativismo reivindicativo**, apontar aí a perífrase do discurso, que ainda assim — lúcida e profética — tornava-se perigosa aos interesses da anexação espanhola ou do próprio projeto colonial. (Pela terceira vez fica o registro de que este aspecto das conseqüências do discurso é tratado no final).

Dizendo que Portugal “seria um grande reino” no Brasil, o recurso periférico percorre toda uma argumentação para dizer... que o Brasil seria um grande reino! descontado o recobrimento do estatuto colonial, que é parte alicerçadora do discurso. Até mesmo a feliz metáfora imagética “onde há abelhas há o mel” constitui um circunlóquio para, no significado, dizer que só faltava no Brasil a **fábrica**, não de mel (que “não só das flores, mas das ervas e canas se colhe mel e açúcar”) mas de “panos e outras coisas semelhantes” — pois no Portugal mercantilista navios “de outros reinos” (mais adiantados) não vão buscar estas coisas. Há aí uma objetividade, a objetividade da sutileza, que sempre foi o recurso de quem, salvaguardado o propósito, deve esgrimir a palavra em condições de obscurantismo intelectual. Há aí, sutileza à parte, a argumentação valorativa para um projeto de **permanência e aumento** do Brasil para além do mero (leia-se: imediatista) projeto colonial — numa leitura de hoje, esse projeto ao menos seria chamado de **neo-colonial**.

Por último, há que chamar a atenção para a incidência da crítica reivindicativa sobre a falta de visão dos colonizadores. Recordando sempre que D. João III foi o último a tê-la, Frei Vicente faz a crítica recair sobre os portugueses senhores da terra — nunca à altura dela, como se viu e ainda se verá. A cada elogio à terra que deverá ser povoada, encomiasticamente repetitivo dos cronistas anteriores, ele acrescenta de modo destoante:

Foram à Ilha de Santa Catarina (...), a qual ainda que despovoada (por ser de portugueses que não sabem povoar nem aproveitar-se das terras que conquistam) é terra de muita água, pescado, lenha e outras coisas. (FVS, 254).

Já no capítulo III comecei a murmurar da negligência dos portugueses que não se aproveitam das terras que conquistam. (FVS, 257).

... negligência dos portugueses que, sendo grandes cin-

quistadores de terra, não se aproveitam delas, mas contentam-se em andar arranhando ao longo do mar como caranguejos. (FVS, 61) (25).

Há inclusive um instante em que o discurso reivindicativo faz uma recorrência ao assinalado Capítulo Segundo. É quando o Governador-Geral Francisco de Souza “resolveu em não tornar ao reino, mas ficar cá até a morte”. Esse fato de “fazer-se cidadão e natural” da terra transforma afetivamente o módulo narrativo de um anódino segmento histórico-factual. O narrador conservará o restante do capítulo na atmosfera criada pelo gesto do governador, merecedor de todos os encômios, quer dizer: os decorrentes do valor atribuído pelo governador à terra em que **ficava, nada levando**:

E pouco aproveitava dizê-lo de palavra, se não pusera por obra e assim foi o mais benquistado governador que houve no Brasil, junto com ser o mais respeitado e venerado; porque, com ser mui benigno e afável, (...) sobretudo o que o fez mais famoso foi sua liberalidade e magnificência, porque **tratando os mais que hão de levar e guardar, ele só tratava do que havia de dar e gastar.** (FVS, 311).

Um apêndice caracterizador. Conquanto este estudo tenha tomado por compreendida a natureza do nativismo **pitoresco, encomiástico**, do qual Frei Vicente também impregna seu discurso colonial (sempre louvando a terra e destacando suas qualidades para que dela se tire proveito), há um aspecto no qual aquela sua alegada objetividade (26) já não produz o elogio indistinto e idealizado da terra. Diversamente, Frei Vicente já diz que esta terra não é boa em relação àquela, ou que aquela outra em melhor para tal atividade e não para tal lavoura, para a qual é ruim. O acento está posto neste momento no caráter da crítica reivindicativa que, está evidente, se vale de dados empíricos não para a defesa ou elogio da terra a todo transe, mas para a introdução de um valor seletivo quanto à manipulação da terra.

Cria-se na terra potiguar muito gado vacum e de todas as sortes, por serem para isto as terras melhores que para engenhos de açúcar, (...) porque as canas-de-açúcar requerem terra massapés e de barro e estas são de terra solta, e assim podemos dizer ser a pior do Brasil, e contudo, se os homens têm indústria e querem trabalhar nela, se fazem ricos. (FVS, 329).

5. Construiu-se aqui um leque de argumentos caracterizadores de um emergente **nativismo reivindicativo** em 1627. Por ele, pode-se razoavelmente avaliar o grau de consciência possível a que terá chegado — ou que terá podido verbalizar Frei Vicente do Salvador. Não se esquecendo o estatuto colonial, a que a defesa da terra fazia face, não se esquecendo que essa defesa reivindicativa estava ambigualmente impregnada num discurso aderente à condição colonial.

Deve-se, por isto mesmo, tentar uma compreensão distanciada do discurso de Frei Vicente na **História do Brasil**, de modo a concluir sobre essa manifestação reivindicativa que procura equacionar valores de superioridade da terra, seja frente a outras porções do império colonial, seja frente à Metrópole, tateando incidir o ferrão reivindicatório sobre a condução do projeto colonial, tanto por parte do Reino, como por parte dos povoadores.

Há então que articular o discurso do cronista, mesmo de maneira sumária, como pelo menos dois fatores que condicionavam e conduziam a tal estado de coisas. O primeiro se refere ao alcance estreitamente mercantilista que inúmeros historiadores já têm apontado no projeto nacional português como um todo, nos séculos XVI a XVIII — após a fase de expansão que possibilitou a aventura marítima das descobertas —, fazendo com que Portugal perdesse a vanguarda sócio-econômica em que estivera durante um século (27). O segundo fator, coincidente com o primeiro, foi a inserção de Portugal no túnel inquisitorial-medievalista, que foi tanto mais seu durante o período de anexação à Coroa Espanhola (1580-1640), impedindo que o país se preparasse para a chegada da era industrial.

Com esse quadro, a blateração reivindicativa que alteia (do ponto-de-vista **brasileiro**, é óbvio) o discurso colonial de Frei Vicente do Salvador haveria de encontrar — como encontrou — o olho pedestre (e tão bem **secular**) da censura ciosa dos desígnios imediatos do poder colonial, seja português, seja espanhol. Wilson Martins argumenta a respeito, e nesse ponto ele não é polêmico: “Diante da avançada irreprimível do pensamento livre que se instaurara na Europa com o Renascimento, (...) a **censura** devia seguir-se, não só por ser o complemento inevitável àquela outra já exercida pela Igreja, mas ainda por ser, como método de polícia social, muito mais eficiente” (28). Está claro que aí Wilson Martins está refazendo a pertinente jeremiada que os brasileiros sempre exibem diante do curto alcance da práxis colonial portuguesa, que convergiu, na censura à inteligência, a repressão talvez mais danosa a impedir tudo o que levasse a colônia do Brasil ao desenvolvimento — repressão que espelha em que medida Portugal, mais que a Espanha, havia perdido o ritmo da História diante da Inglaterra, da Itália ou — ahl renitente mito — diante da Holanda...

Nessa compreensão, a censura recebida pela **História do Brasil** de Frei Vicente do Salvador mede a temperatura da atualidade — em 1627... — dos valores reivindicativos da **História** escrita pelo religioso. Tal crivo reivindicativo não poderia satisfazer à política de coerção para a unidade ideológica e a homogeneidade cultural (29). Impedir o **aumento do Brasil**, impedir a informação e a avaliação da importância do “estado do Brasil” no mundo colonial português na emergência ou na de instância adversa, impedir a crítica aos reis pela distorção imediatista sofrida (segundo o cronista) pelo projeto colonial — certamente era impedir **desvios à norma** (e esses desvios então podiam chamar-se até de heresia). E no particular a censura prestou vigilante e coercitiva atenção sempre, como se viu no episódio da apreensão de **Cultura e Opulência do Brasil** (1711) de Antonil. Resultado: a **História do Brasil** de 1627 como vigência e como matriz de idéias a nível da recepção só aparece como livro no século XIX, quando, não por ironia, o Brasil já se desligara de vínculos com Portugal.

Perdeu com isto a História? Sim, a objetividade informativa e a historiografia só seria retomada no Séc. XIX, pois antes vingaria o ufanismo irrealista de Sebastião da Rocha Pita. Perdeu o Brasil? Talvez, mas é tanto inócuo quanto controverso adentrar por esta especulação. Os polos de tensão compreensiva que procurei cravar de início, como marcos de perquirição no discurso colonial de 1627, não permitem mais que imaginar, com a ajuda dos raciocínios reivindicativos de Frei Vicente do Salvador, que poderia ter sido outro, mas não foi, o destino histórico do Brasil. Perdeu o Brasil? A pergunta ressoa, buscando a sua razão de ser. A resposta talvez a dê o leitor **brasileiro**, que notará haver um instante em que Frei Vicente, preferindo não a dar, dirige-se a todos os seus leitores:

Vedes isso, meirinho? disse o governador, embarcando para Portugal, verdade é que eu desejava muito, e me crescia a água na boca quando cuidava em ir pera Portugal; mas não sei que é que agora se me seca da boca de tal modo que quero cuspir e não posso. Não deu o meirinho resposta a isto, e nem eu a dou, porque os leitores dêem a que lhes parecer. (FVS, 164).

1. Bosi, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*, 2.ed. São Paulo, Cultrix, 1974. p. 15.
2. Castello, José Aderaldo. *Manifestações Literárias da Era Colonial*, 2.ed. São Paulo, Cultrix, 1965. p. 18.
3. Tanto a denominação *reivindicativa*, como *reivindicatório*, têm sido usadas pela crítica com o mesmo sentido. Cf. a primeira em LEITE, Dante Moreira.

19. Embora a acepção semântica de *república* possa ser captada no próprio texto, anote-se que Moraes até agora registra do mesmo modo: *repúblico*: "zeloso do bem público"; *república*: "o que pertence, e que respeita ao público de qualquer estado". Cf. Moraes Silva, Antônio de. *Dicionário da Língua Portuguesa*. Recopilado dos vocábulos impressos até agora e nesta segunda edição novamente emendado, e muito acrescentado. Lisboa, Tip. Lacerdina, 1813. t.2, p. 605.
20. Conquanto a antinomia se manifeste no texto citado, vale transcrever um outro fragmento, que recorre antinomicamente a proposição enunciada: "verdadeiramente que nesta terra andam as coisas trocadas, porque toda ela não é república, sendo-o cada casa" (FVS, 59). Adiante cita-se uma passagem em que a antinomia é retomada (FVS, 311).
21. *Invenção* no contexto repõe a mesma acepção, é óbvio que intencionalmente, com que Frei Vicente se refere à "invenção da Santa Cruz" (FVS, 58), isto é, como significante da "ação de achar o que era oculto". Cf. Moraes Silva, op.cit., p. 178.
22. Dispensado aqui, mas pertinente fazer a análise do problema, não só nos cronistas, mas sobretudo em poetas, a começar por Bento Teixeira (1601), e na perenética de Antônio de Matos e Guerra e a partir de Cláudio Manuel da Costa, em termos de discurso literário.
23. A certa altura, o religioso diz sem continência:
 "... vitórias (...) alcançaram os católicos contra os infiéis, que foram as mais insignes de quantas no mundo se hão visto" (FVS, 203).
 Nem será de lembrar que a hipérbole é um recurso retórico da subjetividade desmesurada...
24. A guerra justa em favor da terra, segundo a ótica de Frei Vicente, também se revela quando as forças coloniais portuguesas se encontram em revés. A consequência disto é ficar "tudo como dantes, os inimigos mais soberbos e as capitânicas vizinhas em risco de se despovoarem" (FVS, 257). Neste como em outros segmentos, ele chega a se esquecer do projeto ou missão catequética, por aderência ao projeto ou à praxis colonial, mesmo que contrária ao indígena a ser catequisado:
 "... não foi esse o mal desta capitania, senão a praga dos selvagens aimorés, que com seus assaltos cruéis fizeram despovoar os engenhos e, se hoje estão já de paz, ficaram os homens tão desparatados de escravos..." (FVS, 123).
25. A frase hoje famosa de Frei Vicente serviu de *leit-motiv* para diversas interpretações sobre o caráter *brasileiro* das bandeiras que desbravavam os "sertões" do Brasil. Cf., na perspectiva literária, a interpretação de Athayde, Tristão de. *Affonso Arinos*. Rio de Janeiro, Anuario do Brasil, 1922. p. 127-8, passim.
26. Castello, op.cit., p. 88, destaca a "acentuada objetividade de Frei Vicente do Salvador.
27. Cf. Sodré, Nelson Werneck. *Formação Histórica do Brasil*, 2.ed. São Paulo, Brasiliense, 1963. Especialmente a "Introdução".
28. Martins, Wilson. *História da Inteligência Brasileira*. São Paulo, Cultrix, 1977. v.1, p. 71.
29. Martins, op.cit., v.1, p. 71 e segs.

O Caráter Nacional Brasileiro, 2.ed. São Paulo, Pioneira, 1969. p. 152; e a segunda em BOSI, op.cit., p. 15.

4. Bosi oferece uma distinção operativa, quando assinala: "A rigor, só laivos de nativismo, pitoresco no século XVI e já reivindicatório no século seguinte, podem-se considerar o divisor das águas" entre o código literário de um escritor português e o de um brasileiro no momento histórico em questão; ajuntando adiante: "O nativismo pitoresco (...) situa-se em nível descritivo e não tem qualquer conotação subjetiva e polêmica como o reivindicatório". Cf. Bosi, op. cit., p. 15 e 18.
5. Antônio Cândido, citando Pedro Henriquez Urefia, anota que, antes de todos os nossos cronistas ecomiásticos, "el primer documento relativo a nuestro continente. la carta de Colón, inaugura el tono de deslumbramiento y exaltación que se comunicaría a la posteridad". Cf. Cândido, "Literatura y subdesarrollo". In: Fernandez Moreno, Cesar, coord. *América Latina en su Literatura*, 4.ed. México/Paris, Siglo Veintiuno/UNESCO, 1977, p. 335.
6. Quando aparecer grifada neste texto, a palavra *brasileiro* conceituará não somente a inexistência ainda da noção de brasileiro como um conceito histórico-político de que somos realidade. Com o grifo quero também conotar a *ótica diferenciada* tanto em relação a *reino*, habitante da Metrópole, como em relação a *colono*, habitante ou "povoador" da terra brasileira. O texto a-clara operativamente a questão.
7. Apenas por esclarecimento anote-se que por "marcha para a História" entende-se que, *do ponto de vista brasileiro*, só existe História a partir da Independência. Nessa compreensão, o Brasil foi apenas espaço geográfico preso a um estatuto colonial e objeto da História de Portugal de 1500 a 1822. Não obstante a consciência história que se formava e que se expressará crescentemente da segunda metade do século XVIII até a efetiva ruptura, por meio das conhecidas reivindicações ostensivas de autonomia do Brasil como sujeito da História.
8. Castello, op.cit., p. 12-13.
9. Idem, ibidem, p. 13.
10. Para exemplificar apenas em "nosso primeiro cronista", Pero Vaz de Caminha, a impregnação da ideologia colonial que norteia o projeto português, constata-se que ela é tão notória que, em apenas uma semana de litoral, mas oscilando entre a informação e a fantasia quando seus olhos se defrontam com o imenso "sertão" que vê da praia, o cronista insiste em falar sempre na hipótese de um *el-dorado*, sem rebucos, Três segmentos de amostragem:
 1. "e acenava para a terra e novamente para o colar do Capitão; como se dariam ouro por aquilo. Istotomávamos nós nesse sentido, por assim o desejarmos!"
 2. "mas ninguém o entendia o índio, nem ele a nós, por mais coisas que a gente lhe perguntava com respeito a ouro, porque desejávamos saber se o havia na terra."
 3. "Até agora não pudemos saber se há ouro ou prata nela, ou outra coisa de metal ou ferro; nem lha vimos."Cf. Caminha, Pero Vaz de. A Carta. In: Arroyo, Leonardo. *A Carta de Pero Vaz de Caminha*, 2.ed. São Paulo/Brasília, Melhoramentos/MEC-INL, 1976. p. 48, 54 e 63.

Não haverá mudança de enfoque em todos os cronistas, e mesmo em poetas com visada colonial, antes e depois de Frei Vicente do Salvador.

11. Deve-se ressaltar que não será feita aqui alusão imbricadora com os *mitos edênicos*, a mitologia paradisíaca a partir da qual o europeu idealizou a América e que serviu de estímulo para a literatura de exaltação e deslumbramento. Sobre essa vertente (importante na consideração do *nativismo encomiástico*) há larga bibliografia européia e brasileira. Ver, nesta última, Holanda, Sérgio Buarque de. *Visão do Paraiso*, 2.ed. São Paulo, Nacional, 1969; e subsidiariamente a primeira parte (caps. 1 a 4) de Arinos de Mello Franco, Afonso. *O Índio Brasileiro e a Revolução Francesa*, 2.ed. Rio de Janeiro/Brasília, José Olympio/MEC-INL, 1976.
12. Em certa parte da poesia de Gregório de Mattos e Guerra que é onde no Brasil se espelha em maior grau e em termos literários a tensão conflituante entre a condição colonial e a intenção nativista reivindicativa — é também onde se detecta mais fortemente o conflito entre os tempos culturais. Se as formas poéticas com que trabalhou a sensibilidade do poeta são originárias de uma historicidade européia, quisesse ele ou não: eram as únicas de que se poderia valer como sistema cultural capaz de instaurar seu discurso poético. Contudo, a própria poesia do poeta barroco e... nativista deixa transparecer o conflito do poeta com um tempo cultural adverso. E no entanto esse tempo cultural adverso era o que se defrontava até mesmo num oásis cultural como era a capital do "estado do Brasil", a cidade do Salvador, virada do segundo para o terceiro século colonial.
13. Uma comparação é aqui exemplar. Entre o que sucedeu com a colonização dos espaços onde estavam situadas as civilizações inca, azteca, maia, etc., e o que sucedeu no espaço da *terra do Brasil*, onde os naturais estavam ainda em atrasadíssimo estágio cultural. A resistência daqueles ao projeto colonial espanhol foi diretamente proporcional ao nível de cultura em que se encontravam tais povos, assentando-se a conquista, por consequência, numa violência que ainda hoje a História registra com repugnância, especialmente se se tiver em conta que a evangelização cristã era parte também do projeto colonial espanhol. Assim, se o nosso processo colonial foi relativamente inerte (não tanto quanto insistem alguns historiadores sem citar os relatos bélicos que se podem ler em primeira mão, por exemplo, em Frei Vicente do Salvador), isto se deveu à defasagem entre o tempo cultural em que viviam os indígenas brasileiros e aquele das civilizações citadas.
14. Castello, op. cit., p. 57.
15. Bosi, op. cit., p. 18.
16. Abreu, Capistrano de. "Nota Preliminar". In: Salvador, Frei Vicente do. *História do Brasil - 1500-1627*, 5.ed. São Paulo, Melhoramentos, 1965. p. 39.
17. Salvador, op. cit., p. 58.
Doravante, por sentido prático, as citações do texto de Frei Vicente do Salvador serão acompanhadas de anotação entre parênteses contendo, pela ordem: a sigla *FVS*, que indica sempre a edição mencionada na nota 16; e o número da página donde se retirou a citação.
18. Deve-se estar atento para o fato de que há uma falha histórica, porventura proposital, no discurso de Frei Vicente do Salvador. Como entre 1580 e 1640 — e desse modo no momento em que a *História* foi escrita — Portugal e seu império colonial estiveram subordinados à Coroa espanhola, a crítica atual aos reis de Portugal parece inócua. Há, sim, um recurso eufêmico e metonímico de fazer uma crítica por tabela, por motivos que o temor ao poder explica. Não se perca de vista, porém, esse artifício do discurso.